



**Comitê de Priorização do Primeiro Grau  
Ata de Reunião Ordinária**

**Data:** 07/07/2017

**Local:** Sala 506-B (prédio-sede)

**Presenças:**

**Membros titulares:** servidores **Aldo da Silva Jardim** e **Ruy Bittencourt de Almeida Neto**;

**Membros suplentes:** Juízes do Trabalho **Clocemar Lemes Silva** (coordenador) e **Ana Julia Fazenda Nunes** e o servidor **Leandro Ribeiro Rucks**;

**Representante SINTRAJUFE-RS:** servidor **Cristiano Bernardino Moreira**.

**Secretária:** Tatiana Duarte Pina (AGE)

**Hora de início:** 14h

**Hora de término:** 15h30min

---

Aos sete dias do mês de julho do ano de 2017, às 14 horas, na sala 506-B do prédio-sede do TRT da 4ª Região, ocorreu reunião ordinária do Comitê de Priorização do Primeiro Grau, contando com as presenças acima nominadas. A reunião foi conduzida pelo Excelentíssimo Juiz do Trabalho Clocemar Lemes Silva, conforme registro que segue: inicialmente, Dr. Clocemar informou que o Comitê retomará o tema da redução do horário de atendimento na próxima reunião ordinária. Em seguida, passou a tratar dos requerimentos efetuados pelo Exmo. Desembargador Marçal Henri dos Santos Figueiredo, Vice-Corregedor Regional, de elaboração de estudo sobre a viabilidade de redução do horário de atendimento presencial nas unidades judiciárias do primeiro grau, considerando a implantação do processo eletrônico em 100% das unidades judiciárias, que reflete em registros atualizados no sistema, o que contribui na diminuição da necessidade de atendimentos presenciais, além do aumento das atividades das secretarias das varas, por conta do aumento da demanda processual, das rotinas de trabalho no sistema eletrônico, bem como implantação das funções de Assistente de Execução (FC04), que retiraram servidores das secretarias. Também requereu a elaboração de estudo sobre a viabilidade de deslocamento de parte dos servidores lotados no Protocolo Geral de Porto Alegre ao Núcleo de Execução do JAEP, em função da substancial redução das atividades daquele setor. **Sobre o primeiro requerimento, deliberou o Comitê, por unanimidade, que seja respondido ao Vice-Corregedor no sentido de que o Comitê está trabalhando em uma proposta de redução do horário de atendimento nas unidades judiciárias do primeiro grau, a qual foi submetida à apreciação da Exma. Desembargadora Beatriz Renck, Presidente, e Exmo. Desembargador João Pedro Silvestrin, Vice-Presidente, na reunião ocorrida em 07 de Junho, bem como foi submetida à apreciação das associações representativas da advocacia (OAB-RS, AGETRA e SATERGS), na reunião realizada em 21 de Junho, ocasião em**

**que se comprometeram a levar a proposta para debate com seus associados.**

Em relação ao segundo requerimento de elaboração de estudo sobre a viabilidade de deslocamento de servidores do Protocolo Geral para o JAEP, o Comitê foi informado pela AGE que os servidores lotados no Protocolo participaram do Projeto Reintegrar-te, cujo objetivo era capacitá-los para atuar nas varas do trabalho, mas o projeto, embora ainda não tenha sido encerrado, não apresentou resultados satisfatórios. Também foi informado ao Comitê que eventual transferência não afronta os dispositivos da Resolução CNJ nº 219/2016, pois ambas as unidades são classificadas como de apoio direto à atividade judicante de primeiro grau. Por fim, as questões sobre transferência de servidores são objeto de atuação da Comissão de Movimentação de Servidores, a qual analisa os casos e emite parecer para subsidiar as tomadas de decisão pela Administração. Dr. Clocemar submeteu a questão ao debate, dizendo que conclui-se, da leitura do e-mail, que o requerimento é o estudo da transferência de cargos e não de pessoas e que talvez essa seja uma boa solução. Ruy e Cristiano manifestaram contrariedade com a proposta, aduzindo que não há dados suficientes para se debater o tema. Na opinião deles, o Comitê precisa ter acesso ao resultado do Projeto Reintegrar-te antes de qualquer deliberação e que a questão é complexa, pois envolve remoção de pessoas que talvez não possuam as competências necessárias para atuação junto ao JAEP. Aduziram que se a questão se resumisse apenas à transferência de cargos, o debate não seria necessário. Leandro manifestou a importância do trabalho do JAEP para as varas do trabalho e a necessidade de qualificação técnica para desempenhar as atividades oriundas daquele setor. Ruy argumentou que o debate também pressupõe que o Comitê saiba as necessidades do JAEP. Dr. Clocemar reiterou o aspecto técnico do trabalho desenvolvido no JAEP e opinou que o assunto é de competência da Comissão de Movimentação de Servidores. Após algumas manifestações contrárias, colocou à questão em votação. Registram-se os posicionamentos dos integrantes presentes: Ruy opinou que a discussão é parecida com a ocorrida quando dos estudos para a implementação do cargo de segundo assistente, pois também envolveu movimentação de servidores, abrindo-se um precedente no sentido da competência do Comitê para tratar do assunto. Dr. Clocemar e Aldo opinaram que o Comitê não é a instância para tratar do assunto, que deve ser submetido à Comissão de Movimentação de Servidores. Leandro opinou que o assunto pode ser tratado no âmbito do Comitê, já que envolve movimentação de cargos e não de servidores. Dra. Ana Julia manifestou que o debate não deve ser focado nos cargos, mas sim nas pessoas, pois se trata de uma equipe que trabalha há muito tempo junta e que necessita de capacitação e motivação para atuar em uma nova tarefa. Cristiano entende que o assunto pode ser tratado no âmbito do Comitê, pois se refere à movimentação de cargos, não sendo de competência da Comissão de Movimentação de Servidores justamente por não se

tratar de movimentação de pessoas. **A questão foi colocada em votação, tendo o Comitê decidido, por maioria, que a AGE responderá ao Vice-Corregedor informando a deliberação de que o tema não é do âmbito da atuação do Comitê, sugerindo o seu envio à Comissão de Movimentação de Servidores.** Na sequência, passou-se à apresentação do resultado da pesquisa de saúde dos servidores do Judiciário Federal no RS (Justiças do Trabalho, Federal, TRF4, Eleitoral e Militar da União – treze respondentes, os dados não têm relevância estatísticas, servindo apenas para aferição de informações), elaborada pelo SINTRAJUFE-RS em parceria com a Universidade Federal de Ciências de Saúde de Porto Alegre – UFCSPA. A pesquisa contou com a participação de 2144 servidores, com idade média de 42,5 anos. Ruy apresentou dados sobre o sexo, cor da pele, religião, estado civil, orientação sexual, identidade de gênero, entre outros, relacionando os dados da pesquisa com os obtidos no Censo do Poder Judiciário. Os resultados demonstram que a maioria dos respondentes são mulheres. Nota-se discrepância entre a quantidade de brancos e negros, sendo notória a maioria de brancos. Os dados sobre a escolaridade demonstram que a categoria possui uma característica muito forte de qualificação dentro da carreira, o que é demonstrado pelo resultado referente a pós-graduações, que, no ingresso dos servidores, corresponde a 12,9%, aumentando para 58,5% no decorrer da carreira. Dra. Ana Julia referiu que o resultado está relacionado à concessão do adicional de qualificação para servidores que possuem curso de pós-graduação. Dr. Cloceimar tem a impressão de que, mais do que o adicional, existe a flexibilidade da organização do trabalho por parte das chefias, inclusive incentivo para a qualificação dos servidores. Ruy seguiu a apresentação, relatando que a maioria dos respondentes são da Justiça do Trabalho (42%), ocupam o cargo de técnico judiciário (64%), atuam em unidades judiciárias do primeiro grau (51%) e em processos eletrônicos (60%). Explicou, a seguir, que a pesquisa foi realizada considerando três dimensões, que compõem a escala de avaliação do contexto do trabalho: condições de trabalho (aspectos físicos e suporte de instalações e tecnologia), organização do trabalho (divisão do trabalho, regimento, produtividade, entre outros) e relações de trabalho (interações coletivas internas e externas e relações hierárquicas). Os resultados demonstram que as condições de trabalho apresentaram o melhor resultado, sendo consideradas satisfatórias por 71,6% dos respondentes. Ressaltou, contudo, que cerca de 30% dos servidores as consideram críticas ou graves. Os resultados sobre relações socioprofissionais demonstram grau considerado satisfatório por 55,2% dos respondentes, havendo cerca de 45% de servidores que as consideram críticas ou graves. Por fim, os resultados relacionados à organização do trabalho apresentaram o pior resultado, já que 91% dos respondentes a consideram crítica ou grave. Ruy foi questionado pelo Dr. Cloceimar se a pesquisa solicitou sugestões para melhorar os contextos considerados críticos ou graves e Leandro teceu alguns comentários sobre a

possibilidade de haver subjetivismo nas respostas e, conseqüentemente, no resultado da pesquisa. Ruy teceu alguns comentários sobre a metodologia adotada, que segue rigorosos padrões científicos, fala ressaltada por Cristiano. Ruy explicou que, embora a pesquisa não tenha colhido sugestões para melhoria dos contextos considerados críticos ou graves, o cruzamento de dados permitem aferir os motivos, que serão apresentados ao longo da análise da pesquisa. Apresentou os resultados divididos por segmento da Justiça. Sobre a organização do trabalho, os resultados demonstram que os índices graves são maiores para as mulheres, bem como aumenta de acordo com o nível de escolaridade do respondente. A Justiça do Trabalho apresentou as maiores prevalências de organização do trabalho em nível grave e os piores índices foram verificados com os oficiais de justiça, sendo que 99% desses servidores a classificaram como crítica ou grave. Sobre as relações socioprofissionais, os resultados demonstram que os piores índices foram os da Justiça Eleitoral (55%), bem como em relação aos servidores lotados no interior do Estado (cerca de 30% piores). Sobre o resultado relativo aos oficiais de justiça, o Comitê o recebeu com estranheza, tendo em vista que esses servidores possuem maior autonomia na organização das suas rotinas de trabalho, opinando que talvez esse seja o problema. Ruy e Cristiano pontuaram que a atividade é de risco, e que esses servidores se submetem a comandos judiciais de vários magistrados, sem padronização dos procedimentos. Dra. Ana Julia relatou sua experiência como Juíza Diretora do Foro Trabalhista de Caxias do Sul, oportunidade em que as tarefas dos oficiais de justiça foram organizadas e resultaram em melhores resultados. Em relação às condições de trabalho, a Justiça Eleitoral apresentou os piores resultados. Novamente o segmento dos oficiais de justiça apresentou os piores resultados de condições de trabalho, consideradas críticas ou graves por 56,5% dos respondentes. Os servidores das áreas de Segurança e de Tecnologia da Informação também apresentaram resultados expressivos de má condições de trabalho: 41% e 35,4%, respectivamente. Ruy disse que o resultado referente aos servidores da área de Tecnologia da Informação foram uma surpresa e esse segmento também apresenta altos índices de adoecimento. A seguir, Ruy pontuou um dos resultados mais graves da pesquisa: o alto índice de respondentes que já sofreram atos classificados como de assédio moral, ainda que eventualmente: 82,7%. Explicou que foram relacionadas vinte e três situações classificadas como de assédio moral, de acordo com um questionário científico, elaborado na Noruega, e os respondentes registravam as que por ventura haviam sofrido. Cristiano explicou que não existe discricionariedade para qualquer alteração do questionário, sob pena de ser invalidado cientificamente e comprometer todo o resultado da pesquisa. Os resultados foram individualizados por segmento da Justiça e por frequência. Na Justiça do Trabalho, 63,3% dos respondentes afirmaram ter sofrido assédio eventual (de vez em quando ou mensalmente) e 20,3% frequente

(semanal ou diário), sendo que este último resultado foi o maior em toda a categoria. Os resultados demonstram, ainda, que os servidores mais jovens e mais qualificados são mais propensos a sofrer assédio moral, bem como ocupantes do cargo de Analista Judiciário (40% mais prevalência). Também foi demonstrado que a organização do trabalho deficiente aumenta a prevalência de assédio moral, bem como em ambientes com relações socioprofissionais graves. Por fim, Ruy apresentou dados relativos ao índice de adoecimento da categoria: 27,2% dos trabalhadores apresentam algum tipo de transtorno mental comum, 4,4% de alcoolismo e 3,1% de ideação suicida, sendo que este último índice aumenta em até duas vezes para os que trabalham no interior do Estado. Foram relatados os resultados por segmento da Justiça, por área de atuação e tipo de atividade desempenhada. Os resultados também permitem concluir que os índices de ideação suicida e de alcoolismo aumentam em ambientes com relações socioprofissionais graves. Apresentou dados específicos do segmento dos oficiais de justiça e servidores da área de segurança. Iniciou a apresentação sobre os resultados relacionados a dores osteomusculares, que demonstram o índice de 49,6% de respondentes que sentem dores frequentemente. O segmento da Justiça do Trabalho apresenta índice de 49,7%. Explicou que o alto índice está diretamente relacionado com a ausência de pausas ou pausas insuficientes durante a jornada de trabalho, resultado também aferido na pesquisa, razão pela qual o requerimento já formulado pelo Sindicato de instituição de pausas regulares durante a jornada, nos mesmos padrões da NR-17. A finalização da apresentação ocorrerá na próxima reunião ordinária, agendada para o dia **04 de Agosto de 2017, às 14 horas, na sala 506-B do prédio-sede**. Reunião encerrada às 15 horas e 30 minutos. Ata redigida pela servidora Tatiana Duarte Pina, Assistente, lotada na Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais e enviada eletronicamente para validação~~~~~